

GRUPOS SOCIAIS ENTENDENDO A TERRITORIALIDADE

¹SOUZA, Sebastião Perez

²LIMA, Wendell Teles de

³ SILVA, Ederson Silva e

⁴FIGUEIRAS, Polyana de Lima

⁵DOS REIS, Tatiana Farias de Holanda

⁶DOS REIS, Carlison Saraiva

RESUMO: O entendimento do espaço geográfico deve ser feito de maneira múltipla para entender os fenômenos, que perpassam ao mesmo, sendo assim para entender a multiplicidade dos fatores, devemos ter em mente que existem grupos sociais e organizados e que vão além do estados nacional lutando por suas causas sociais, como a causa indígena, quilombolas os sem terras, que não necessariamente lutam por uma busca de território e sim uma causa social, neste sentido este artigo fez uma pesquisa bibliográfica com artigos indexados sobre o assunto, seno assim, é necessário compreende as lutas sociais que ocorrem no espaço sendo uma das formas para se compreender o espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: TERRITORIALIDADE, PODER, GRUPOS SOCIAIS, REIVINDICAÇÕES SOCIAIS

RESUMEN: La comprensión del espacio geográfico debe hacerse de manera múltiple para comprender los fenómenos que lo permean, por lo que para comprender la multiplicidad de factores, debemos tener en cuenta que existen grupos sociales y organizados que van más allá de los estados nacionales que luchan por sus causas sociales, como la causa indígena, los quilombolas, los sin tierra, que no necesariamente luchan por una búsqueda de territorio, sino una causa social, en este sentido este artículo realizó una investigación bibliográfica con artículos indexados sobre el tema, por lo demás, es

¹ Graduado em pedagogia, Professor da Secretária da Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM), Esp. Em Libras, Mestrando em Educação pela Seduc-UEA

² Ps Doutor em Geografia do Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, professor da UEA

³ PROFESSOR DA SEDUC-AM, ESP. HISTÓRIA E GEOGRAFIA PELO CEPAM, ESP. ENSINO SUPERIOR PLÁ UNISSEIVE, MESTRANDO EM CIENCIAS DA EDUCAÇÃO NO PARAGUAI

⁴PROFESSORA DA SEDUC-AM, GRADUADA EM CÊNCIAS NATURAIS PELA UFAM, ESP. EM GESTÃO AMBIENTAL PELA GAMA FILHO, ESP. CIENCIA BIOLÓGICA PELA UNIASSELVE, MESTRANDA NO PARAGUAI.

⁵GRADUADA EM LETRAS PELA ESBAM, PROFESSORA DA SEDUC-AM, ESP. EM LÍGUA PORTUGUESA.

⁶PROFESSOR DA SEDUC-AM, GRADUADO EM LETRAS LÍGUA INGLESA PELA ESBAM, ESP EM LÍGUA INGLESA, MESTRANDO NO PARAGUAI.

necesario comprender las luchas sociales que se dan en el espacio, siendo una de las formas de entender el espacio geográfico.

PALABRAS-CLAVE: TERRITIRIALIDAD, PODER, GRUPOS SOCIALES, DEMANDAS SOCIALES

ABSTRACT: The understanding of geographic space must be done in a multiple way to understand the phenomena that permeate it, so to understand the multiplicity of factors, we must bear in mind that there are social and organized groups that go beyond the national states fighting for their social causes, such as the indigenous cause, quilombolas, the landless, who do not necessarily fight for a search for territory, but a social cause, in this sense this article carried out a bibliographical research with indexed articles on the subject, otherwise, it is necessary understands the social struggles that occur in space, being one of the ways to understand the geographic space.

KEYWORDS: TERRITIRIALITY, POWER, SOCIAL GROUPS, SOCIAL REQUESTS

INTRODUÇÃO

A luta por direitos sociais remete aos grupos organizados como os grupos indígenas, os quilombolas o movimento do sem terras, que lutam por questões sociais diversificadas, não necessariamente por territórios, portanto buscam por lutas sociais que o estado nacional não consegue suprir, no âmbito de territorialidade que uma ação não necessariamente dos grupos sociais.

Resultado e discussão

Tendo em vista, o entendimento do poder no espaço, devemos atentar-se para o entendimento do espaço e poder como geógrafo francês Paulo Claval (1979) nos retrata, essa é uma das formas de compreender o poder e a sociedade, sendo uma das formas de entendimento mais antiga da ciência geográfica.

Além de ter o mérito de ter sido um dos primeiros a romper com um prisma que somente pensava o território a partir do Estado Nação Moderno, Gottmann também deu significativa contribuição à incorporação da dimensão simbólica por esse conceito. Afirmava ele, em obra do início da década de 1970, que “O significado do território mudou consideravelmente no passado e mesmo durante o século XX”⁸(GOTTMANN, 1973, p.3); que em seu caráter empírico, “no seu uso moderno e legal, ele designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de um certo povo [por

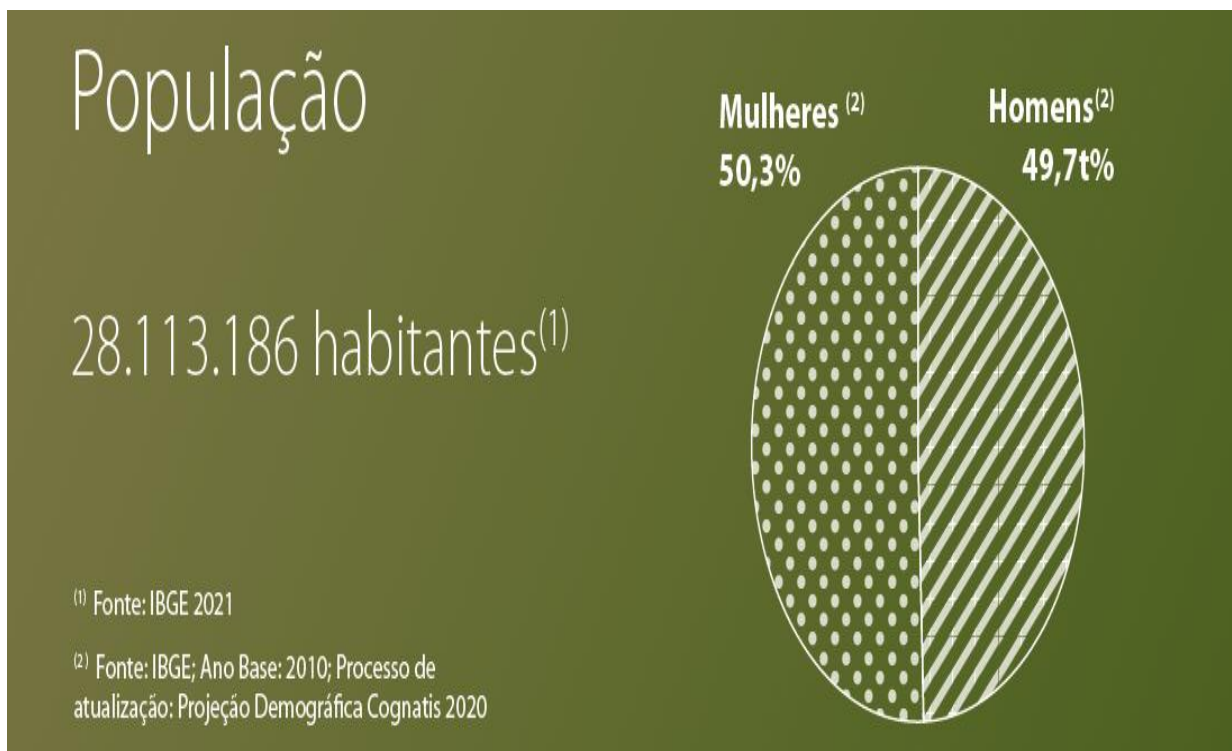
meio do Estado-Nação] (GOTTMANN, 1973, p.5)”, mas como ferramenta analítica e conceitual voltada ao entendimento de casos diversos (e não apenas aqueles referentes ao Estado Moderno), seria melhor “pensá-lo como a expressão geográfica tanto de uma função social quanto de uma instituição enraizada no psicológico das pessoas” (GOTTMANN, 1973, p.7) (Neto, 7, 2021)

Como o geógrafo inglês acima salientou que o poder não é só restrito aos estados modernos, ou seja. Existe outras formas de poder na sociedade para além dos estados nacionais, como os grupos sociais organizados que produzem sua geopolíticas como fala Vesentini (2013). Sendo assim abaixo notamos que a geopolítica deve ser entendida no plural que são várias formas de poder social no espaço.

Desprende-se ainda da geopolítica crítica uma forma radicalizada de se fazer política, respaldada pelo reconhecimento do outro como uma categoria, em si mesma, político-geográfica. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político (LIMA, 2013:9). Essa aplicação das imaginações geográficas aos movimentos dissidentes nos revelaria, então, as práticas antigeopolíticas. Nas palavras de Lima (2013, p. 9) (Irias p103, 2014).

Sendo assim, além do meio natural a Amazônia para Becker (1990) é uma floresta urbanizada além de ter importância mundial, tem uma população diversificada inserida nela conforme a figura 01, abaixo.

FIGURA 01- POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Sendo assim, para se compreender o processo de urbanização da Amazônia como notamos abaixo pelo geógrafo Trindade Júnior (2013) al vai além do crescimento das cidades e seu tamanho especial, e sim é relacionado ao modo de ser, que pode se estender ao meio rural por exemplo.

Ainda que os números da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem aproximadamente 70% da população da região Norte vivendo nas cidades e vilas, há necessidade de entender o processo de urbanização da região para além desses números, aqui identificados simplesmente como urbanização da população.

Essa necessidade parece se impor sob pena de reduzirmos a concepção de urbanização à sua natureza estritamente demográfica, populacional, portanto, e anular a riqueza das noções de urbanização como processo socioespacial. Alguns autores, preocupados em desmistificar aqueles números por considerá-los exagerados, argumentaram sobre a existência de uma urbanização estatisticamente

(descriteriosa, propondo, por um lado, não só um patamar populacional de 20.000 habitantes para diferenciar aglomerados urbanos e rurais na região, como também, por outro, estabelecendo a crítica à teoria da fronteira urbana, a exemplo do que fez Hurtienne (2001).

(Trindade Júnior, p. 90, 2013)

Tendo em vista o poder e as lutas sociais os grupos organizados brigam pelas suas territorialidades que muitas vezes não correspondem ao interesse do estado nacional, elas vão variar conforme as lutas sociais reivindicadas pelos grupos.

Embora o debate em torno do conceito de território não se constitua uma novidade nas discussões geográficas, tendo sua raiz ainda na Geografia Política Clássica, a polissemia que envolve sua definição tem ensejado, nos últimos anos, debates profícuos no seio de diversas áreas das ciências humanas, particularmente no campo da ciência geográfica onde a tradição dos estudos territoriais tem condicionado a um constante processo de redefinição do conceito valorizando assim uma multiplicidade de aspectos definidores (como relações sociais cotidianas, multiescalaridade, poder, etc.) na interpretação dos fenômenos geográficos contemporâneos. Apesar de sua tradição no âmbito da Geografia, a origem do termo território e o seu emprego nas ciências humanas não advém dos estudos geográficos (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2010) – sendo sua utilização originária ao campo das ciências da natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia. (Ferreira, p. 2, 2014)

Sendo assim, a luta política social na Amazônia existe por diferente grupo que formam a região, com suas diferenças causas, ou seja, formando suas territorialidades contra a hegemonia do grande capital nacional e internacional na Amazônia.

As reflexões acerca dos direitos dos indígenas e populações tradicionais da Amazônia, em seu contexto histórico e geográfico ao longo do processo de ocupação na região, transportam a noção de invisibilidade, apesar de essas populações possuírem estreita vinculação com a natureza e estabelecerem modos de vida singulares, o que pode ser conceitualmente entendido como uma etnoecologia. A esse respeito, a etnoecologia é apresentada como um campo interdisciplinar que se propõe realizar estudos inerentes às relações das populações locais com os ecossistemas, os quais se alicerçam nos conhecimentos, valores, crenças vernaculares e sistemas de adaptação desenvolvidos para sobreviver (MARQUES, 2001 apud ALVES & MARQUES, 2005; TOLEDO & BARRERABASSOLS, 2009)1. Em outras palavras, poderíamos afirmar que a base de sustentação desses povos é o espaço de ação e de representações simbólicas (CASSIRER, 1968 [1944]; CASSIRER, 1992 [1925]), os quais operacionalizam

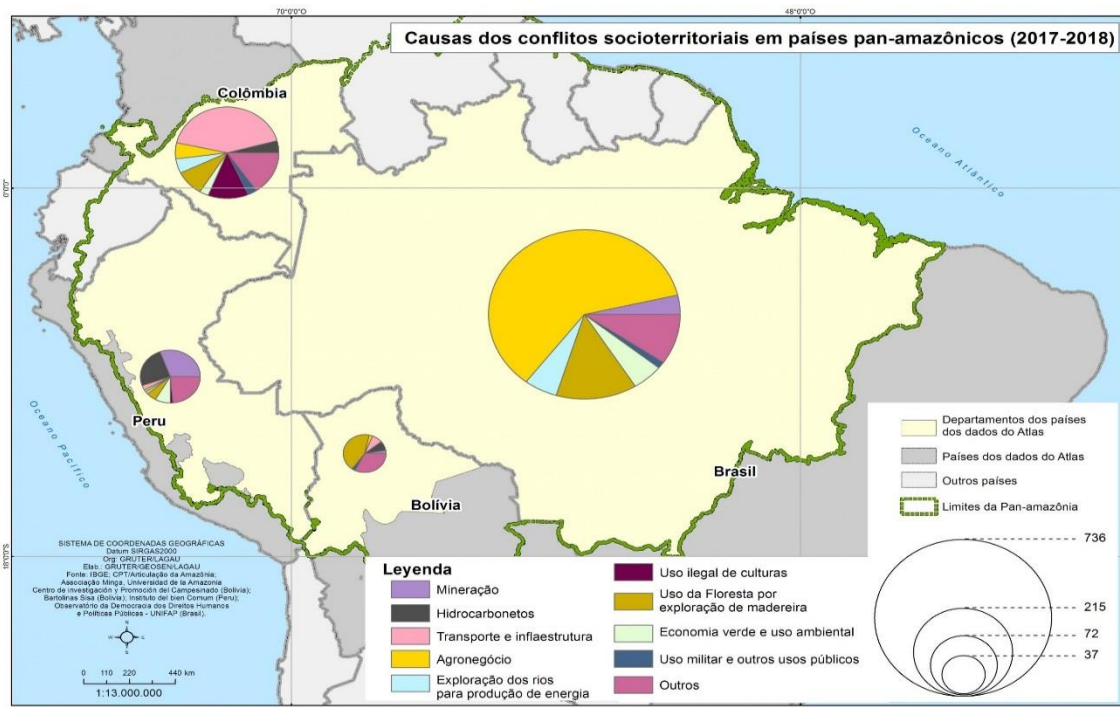
nas relações cotidianas e no manejo das atividades humanas.

Não podemos esquecer, e entender que o território amazônico, culturalmente não é só composto pela a população indígena sendo ela apesar de tudo ser predominante na região, existem outros grupos sociais além dos indígenas na região.

Ao se observar a extensão territorial da Amazônia Legal, não se pode negar a diversidade sociocultural que lá ocorre e que abrange os índios, os caboclos, os pescadores artesanais, os remanescentes de comunidades de quilombos, os seringueiros e muitos outros grupos. Esses segmentos sociais têm sido agrupados sob diversas categorias, como “comunidades”, “povos”, “culturas”, que se fazem acompanhar de adjetivos como “tradicionais” ou “autóctones”. Para Edna Castro (1997, p. 228), essas categorias compõem um leque de grupos sociais nomeados pelas atividades exercidas, nomeações essas permeadas de ambigüidades, já que pouco dizem sobre os sistemas de representação que os unem e sobre as orientações de suas ações políticas.
(Lima; Pereira, p. 108, 2007)

Na figura abaixo 2 notamos que a região é conflitiva trazendo à tona inúmeras situações tendo como “briga” a luta pelo território para estabelecer um grupo social no poder.

FIGURA 2- CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZONIA



FONTE: <https://observatoriodh.com.br/?p=2905>

Se contraponto, as organizações hegemônicas sociais os grupos da sociedade organizada tentam demonstrar uma política organizada da sociedade estabelecendo o poder no espaço.

O primeiro, presença ofuscante na consciência social, tem nome definido e inscrição temporal supostamente clara: a crise financeira global. Prenunciada já em meados do ano anterior, quando se tornou evidente a situação precária do mercado norte-americano de dívidas hipotecárias, a crise manifestou-se abertamente em março, com a quebra do Bear Stearns, quinto maior banco de investimento dos Estados Unidos, que fora antecedida de perto pela nacionalização temporária do Northern Rock pelo Banco da Inglaterra. O susto, porém, não durou muito, e pouco depois a estranha impressão que se tinha era de um rápido retorno à normalidade. A catástrofe ocorreu em 15 de setembro, quando o Tesouro americano decidiu deixar à própria sorte o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimento do país, cuja falência espalhou o pânico por todos os cantos do mundo, quebrando traumáticamente os laços de confiança que sustentam a cadeia do crédito. A conversão do choque financeiro em crise econômica foi quase imediata. Apesar da resistência surpreendente exibida pela China e pela Índia, e da rápida e vigorosa recuperação brasileira, a crise econômica continua uma realidade sombria em março de 2010, quando estas linhas são escritas – os países bálticos mergulhados em profunda recessão e

a moeda europeia ameaçada em sua integridade pela situação calamitosa das contas públicas em vários países da Zona do Euro, a começar pela Grécia. (Cruz, p. 07, 2011)

Passando o século XX onde se oficializou a geopolítica, essa no primeiro momento se organizando pelos estados nacionais, no entanto, a luta pelo poder no espaço, foram aparecendo para os grupos sociais organizados que têm uma causa própria.

METODOLOGIA

O artigo consiste, em uma pesquisa bibliográfica segundo o site fucamp. A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho, com revistas indexadas acadêmicas, sobre a temática.

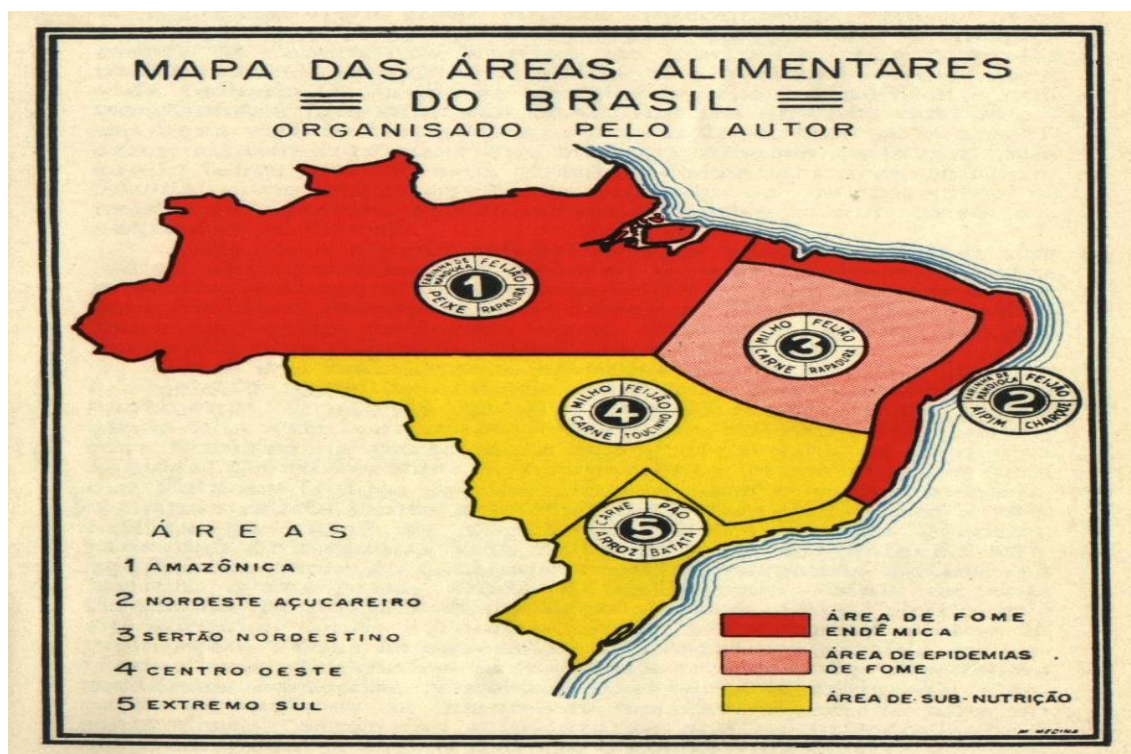
Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “a Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor: apropriação”.

(Haesbaert , p. 1, 2014.)

do extermínio dos nativos americanos pelos conquistadores europeus que aparece nos últimos cinco volumes da sua obra maior, a *Nouvelle Géographie Universelle* (Nova Geografia Universal, em adiante NGU), consagrados ao Novo Mundo. Consultaremos também outras obras reclusianas como *L'Homme et la Terre* (O Homem e a Terra), para esclarecer nosso problema. Efetivamente, sabe-se da confiança de Reclus na evolução e o progresso das técnicas e das comunicações globais: como consegue ele conciliar isto com a sua crítica da Conquista e do colonialismo? Como ele se relaciona, sendo que fala de «mistura» e «assimilação» contra os racismos, com o historicismo que caracteriza o pensamento europeu (e eurocêntrico) dominante? (Ferretti, p. 37, 2015)

Tendo a preocupação com as agruras sócias uma delas do país e a fome a médico pernambucano. José de Castro analisa a fome no mundo, tornou-se fundamental para o entendimento da distribuição no alimento no mundo e Brasil, tratando o espaço e poder.

FIGURA 4 - MAPA DA FOME NO PAÍS



FONTE: geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos

A região Oeste do estado de Santa Catarina era conhecida, antes de 1912, como “terra de ninguém” (expressão nossa) ou, como se referiam os agricultores do Rio Grande do Sul em suas falas cotidianas, “terras do Paraná”. Foi nas disputas pela limpeza da terra, realizadas por colonizadoras,

bugreiros, imigrantes de matizes europeias, pelos acordos de fronteiras entre Brasil e Argentina e pela delimitação de territórios entre os estados do Paraná e Santa Catarina que esse espaço se tornou palco de conflitos e guerras sangrentas, como a guerra entre “pelados” e “peludos”, então denominada “Guerra do Contestado”.

Pessoas de muitas etnias e já mestiças nos processos de encontros, procedências e caminhos são, na maioria, remanescentes de indígenas, europeus, africanos, enfim, de brasileiros nas suas diferentes cores de pele e, também, de diferentes manifestações culturais. Ingênuas, na maioria, vítimas dos processos fundiários do Brasil, com referência às capitânicas hereditárias, sesmarias, Leis da Terra de 1850-1854 e concessões para empresas estrangeiras em troca de serviços ou privilégios governamentais, além de racismo, xenofobia, preconceitos e intolerâncias praticados contra eles, que eram denominados, por muitos anos, de “brasileiros” (expressão nossa), sendo caboclos, indígenas, negros e pobres. (Piovezana; Piovezana; Bernartt, p. 230, 231, 2018)

Sendo um elemento de estratégia do espaço, para reivindicar seus interesses sociais que lutam por suas causas é necessário o entendimento desses grupos sociais que se encontram no espaço geográfico.

Portanto, a fome termina criando um mapa como vimos acima, sendo assim, criando uma territorialidade, ou seja, a fome não é um grupo social mais a falta de uma ação do estado nacional para suprir a necessidades de inúmeras pessoas que têm renda baixa.

A partir de Geografia da Fome, o país seria dividido em cinco diferentes áreas alimentares assim distribuídas: (1) Área Amazônica – à época, abrangia os estados do Amazonas e Pará, parte dos estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão e os territórios do Amapá e Rio Branco; (2) Nordeste Açucareiro ou Zona da Mata Nordestina – à época, correspondia a todo o litoral nordestino, do Estado da Bahia ao Ceará, compreendendo uma faixa territorial com largura média de 80km; (3) Sertão Nordestino – correspondendo, à época, às terras centrais dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; (4) Centro-Oeste – compreendia os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e (5) Extremo Sul – que à época abrangia os estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De acordo com o mapa das áreas alimentares do Brasil (Figura 1), a Área Amazônica apresentava como dieta básica o consumo de farinha de mandioca, associada ao feijão, peixe e rapadura. Em relação aos fatores etno-culturais que influenciavam a constituição da dieta, Castro 10 aponta a predominância da cultura indígena sobre as culturas dos

brancos portugueses e negros africanos. O alimento básico da dieta, a farinha de mandioca, era consumido em diferentes preparações sob a forma de farofas, mingaus, beijos e bebidas fermentadas, sendo misturado a outros alimentos, oriundos da flora silvestre (frutos, sementes e ervas), da fauna aquática e terrestre (peixes, crustáceos, tartarugas, tracajás, jabutis, antas, macacos e patos), além da incipiente agricultura regional. Destaca o largo consumo de pimentas e outras ervas na preparação dos pratos regionais como uma importante contribuição da cultura indígena. Em relação aos frutos regionais, é interessante notar que, já àquela época, ele apontava algumas importantes características nutricionais do buriti e açaí (ricos em betacaroteno ou vitamina A) e castanha-do-pará (proteínas completas e ácidos graxos). A conclusão do autor sobre a dieta amazônica foi que se tratava de uma alimentação pouco trabalhada e atraente e que sua análise biológica e química revelava inúmeras deficiências nutritivas. (Vasconcelos, p. 2711, 2008)

Devemos atentar, que a territorialidade é uma ação, sendo assim, a fome cria seu próprio território que exclui inúmeras pessoas, não sendo um grupo social e sim uma territorialidade

Tendo em vista a territorialidade humana tem-se a luta social não só pelo espaço mais reivindicar a suas ações sociais, muitas vezes o estado nacional não contempla as necessidades dos grupos organizados.

O trinômio espaço-território-sociedade pressupõe a apropriação e ressignificação do espaço social. Este entendido como espaço construído (dimensões material e imaterial/simbólico); espaço de criação cultural; espaço público na relação comunidadeagentes / poder-estado; espaço global cujas fronteiras econômicas são abertas, porém, as sociais em menor grau aliada a dicotomia global-local. No tocante ao global enquanto “locus” de tensão/perturbação, Zygmunt Bauman (1925) sociólogo polonês fala da “modernidade líquida”, considera que nos tempos atuais, as relações entre os indivíduos nas sociedades tendem a ser menos frequentes e menos duradouras.

Ao conceber o território como espaço socialmente apropriado, importa entender a territorialidade como dinâmica da apropriação do território, onde cria a identidade social, como um grupo social se apropria e se coloca no território e isso implica por vezes nas disputas territoriais mormente conflituosas. Na perspectiva de território territorialidade (identidade social) e a sociedade dos movimentos sociais encontra-se tipos de apropriação territorial: apropriação histórica (Estado-Nação); apropriação projetiva (planejamento de Cidades, Ministérios, dentre outros) e apropriação território de vida (comunidades locais se colocam no território pela vida cotidiana vivida ou território habitado). Nestes tipos de territórios estão contidos território identitário (sentido mais reduzido- bairro) e território vasto (sentido mais amplo- Estado). (Astolph; Silva, 82, 2018)

Tendo em vista que a territorialidade representar um poder dos grupos sociais no Brasil, estes movimentos são geridos por uma causa social que muitas vezes não é causa do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico deve ser entendido pela ação social dos grupos organizados, que vai além do estado nacional, ou seja, existem outros grupos sociais que lutam pelas suas causas, não necessariamente lutam pelos seus territórios, e que buscam manter ou obter seus interesses sociais.

Assim configura-se a territorialidade dos grupos sociais no espaço geográfico em diferentes formas ou interesses por seu grupo.

REFERÊNCIAS

ASTOLPH, Joana D'Arc Vieira Couto; SILVA, Vicente de Paulo da. **MOVIMENTOS SOCIAIS, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: OLHAR**, 2018 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios)

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FERREIRA, Denison da Silva. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E SEUS MÚLTIPLOS ENFOQUES NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA, **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014

FERRETTI, Federico. A geografia de Élisée Reclus frente ao extermínio dos ameríndios: questões científicas e políticas, **Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis**, v.4, n.1, p.36-52, Jan./jun. 2015.

IRIAS, Frederico Duarte. **GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro.

LIMA, Marta Goreth Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto. **Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia**, Belo Horizonte 03(1) 107-119 janeiro-junho de 2007.

NETO, Jaime Bernardo. A SUPERACÃO DA DICOTOMIA OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE NA GEOGRAFIA E SEUS REFLEXOS SOBRE OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE ESPACIAIS DE PODER E OS CONCEITOS, DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE, **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 333-355, jan./abr 2021.

PEOVEZANA, G.D., PIOVEZANA, L. BERNARTT, M.L. Territórios e territorialidades contestadas: espaços em conflitos e disputas pela terra. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil, **ad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**, 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SITES:

te-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-em-terras-indigenas-cresce-124-mas-segue-concentrado-em-areas-criticas

<https://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos/>

<https://observatoriodh.com.br/?p=2905>